

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	12
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	13

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	19
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	25
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	27
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	28
10.8 - Plano de Negócios	29
10.9 - Outros fatores com influência relevante	30

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Sendo uma empresa de consumo de massa, estamos sujeitos a fatores de ordem macroeconômica que possam reduzir o potencial de compra dos consumidores brasileiros e consequentemente nossa capacidade de colocar produtos no mercado.

Os fatores macroeconômicos mais relevantes, e que já foram detalhados acima são:

- Inflação
- Política cambial, monetária e taxa de juros
- Lei trabalhista
- Política fiscal

Estes fatores podem retirar nossa competitividade, em especial aos produtos importados. Hoje, nossos maiores concorrentes são os produtos produzidos na China e que entram no Brasil através da importação direta do varejo ou de importadores.

O aumento da carga tributária nos últimos anos sobre a produção nacional, tem nos obrigado a migrar parte do nosso faturamento para a China, pois a produção no Brasil tem perdido competitividade em função de fatores de macroeconomia, como impostos, câmbio e juros. O nível de crédito no país tem uma grande influência sobre nossos negócios e consequentemente é um fator de risco, caso a política governamental venha a reduzir o crédito no mercado.

Política Cambial: por termos nossos maiores concorrentes os importadores, a taxa cambial é um fator de grande risco para nosso mercado pois caso o real venha a ser apreciado frente ao dólar americano, as importações de brinquedo vão aumentar significativamente, aumentando assim nossa concorrência. A companhia, para se manter constantemente competitiva, também compõe sua coleção com parte de produtos importados. A decisão de se produzir mais ou menos no Brasil é tomada sempre nos dois primeiros meses de cada ano, quando se compõe a coleção final de brinquedos. Esta decisão dependerá fundamentalmente da taxa cambial pois é ela quem dá mais ou menos competitividade à produção nacional. A Companhia não trabalha com linhas de crédito em moeda estrangeira, o que elimina nossa exposição de risco cambial. Como as importações são pagas antecipadamente, temos o custo correto do produto antes de estabelecer o preço de venda e com isto conseguimos preservar a rentabilidade.

Taxa de juros: a taxa de juros é um fator de risco para a companhia mais do que para o mercado. Com as ações tomadas pelo governo federal para combater a pandemia, a Companhia conseguiu linhas de longo prazo para financiar seu crescimento e seu capital de giro. O aumento de faturamento nos dois últimos anos também contribui para uma melhor captação de recursos. As taxas de juros que estiveram em queda nos últimos anos no Brasil, voltaram a crescer, o que pode aumentar nossas despesas financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. riscos para os quais se busca proteção**

A companhia tem procurado se proteger através de ações em duas áreas:

1) Taxa de câmbio: como já explanado anteriormente, a taxa de câmbio pode dar um ganho de competitividade aos produtos importados, em comparação com os de produção nacional. Neste sentido, a Companhia vem desenvolvendo fornecedores na China com o objetivo de manter uma flexibilidade entre produzir e importar, dependendo da taxa de juros anual e do cenário do câmbio, além dos custos estruturais e de oferta de bons produtos. No setor de brinquedos, as empresas costumam renovar 30% de sua coleção a cada ano. Isto dá a oportunidade de anualmente, dependendo da taxa cambial, da companhia decidir por importar mais ou menos e com isto preservar sua competitividade e sua rentabilidade. Outro ponto importante é que no setor de brinquedos as importações da China são pagas 30% na colocação do pedido e 70% no embarque, ou seja, quando o produto chega no Brasil já temos o seu custo final, independente de possíveis variações cambiais. Dentro da estratégia de importação da Estrela, não importamos um mesmo item no mesmo ano, a importação é feita em uma só vez, o que também mitiga o risco de variação cambial. Diante destes fatores a companhia não trabalha com hedge cambial pois além de tudo é uma modalidade muito cara no Brasil.

2) Taxa de juros: neste caso, a companhia tem procurado administrar melhor seu fluxo de caixa, ampliando prazos de pagamentos de seus principais fornecedores, assim como administrar uma política mais rigorosa de estoques de produtos acabados. Também temos procurado estruturar operações de financiamento de longo prazo, para ficar menos vulnerável às oscilações de crédito de curto prazo no mercado.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A companhia não emprega operações de hedge para proteção cambial oferecidas pelo mercado financeiro e prefere adotar o modelo descrito no item 1) e 2) onde a proteção ou hedge é natural e buscada pela competitividade de preços de produtos importados pela companhia versus os importados pela concorrência. Na verdade, a adoção de proteção do tipo hedge oferecidas pelo mercado financeiro poderiam trazer um rompimento de competitividade na medida em que a moeda pré-fixada na operação de hedge financeiro poderia ficar em desequilíbrio com as cotações dos produtos importados pelo mercado, o qual também não opera com hedge. Há também que se considerar que por tratar-se de um negócio altamente sazonal, o mencionado desequilíbrio tem um nível de exposição longo, com frequência meses, o que inclusive torna as operações de hedge financeiro bastante onerosas. E a companhia avalia pelo seu histórico que essa estratégia tem sido acertada.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Como já explanado em a e b, a proteção buscada é na competitividade do suprimento de produtos desde a idealização das coleções.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado**d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

No caso da taxa cambial e taxa de juros, um acompanhamento pela diretoria financeira, sempre em contato com nossos financiadores, para tentar antecipar possíveis oscilações de mercado. E a avaliação da competitividade dos preços de venda nas negociações com os clientes e no ponto de venda. E o crescimento nas vendas da companhia respaldam o acerto no gerenciamento dos riscos de câmbio e juros.

Na verdade, para uma atividade fortemente sazonal como a da companhia, o grande risco a ser gerenciado é mercadológico em relação à aceitação das coleções ofertadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

Como já exposto, a companhia não opera com instrumentos de hedge financeiro, quer seja para proteção, quer visando objetivos de ganhos extras.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Verdadeiramente a função de gerenciamento de riscos está implícita nas áreas mercadológicas da companhia e na área de suprimento com a liderança direta de seu presidente.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A performance das coleções, em especial dos produtos importados na questão em pauta, é a principal ferramenta de controle de risco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**Nº 69-R/22**

São Paulo, 13 de maio de 2022.

MANUFATURAS DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A.**AT.: Sr. CARLOS A. TILKIAN – Presidente C/C.: Sr.****MÁRCIO CRUZ – Contador****REF.: Carta de Controle Interno – Balanço Patrimonial em 31.12.2021**

Prezados Senhores:

Submetemos à apreciação de V. Sas. nossa CARTA de CONTROLE INTERNO acima referenciada, desenvolvida de acordo com as Normas e Procedimentos de Auditoria Independente, estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, através da NBC TA 200, aprovada pela Resolução nº 1.203, de 03/12/2009, que trata dos Objetivos Gerais do Auditor Independente, e da NBC TA 700, aprovada pela Resolução nº 1.231, de 04/12/2009, que trata da Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor sobre as Demonstrações Contábeis, além dos Comunicados Técnicos do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e outras normas específicas utilizadas nas circunstâncias, cujos trabalhos foram iniciados conforme nossa **NOTIFICAÇÃO DE VISITA nº 24-N/22**, de 02 de março de 2022, e encerrados dia 25 do mesmo mês.

Os trabalhos foram executados de acordo com as Normas e Procedimentos de Auditoria, que incluíram a Avaliação do Sistema de Controle Interno e Exames por Amostragem, à base de Testes de:

1. Testes de Controle, a fim de confirmar o cumprimento de normas internas para obter evidências de Controle Interno;
2. Procedimentos Substantivos, a fim de obter comprovação da legitimidade e exatidão das Demonstrações Contábeis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos



A Auditoria baseou-se na documentação contábil e Fiscal fornecida, bem como nas informações obtidas junto aos responsáveis pelas áreas que nos atenderam no trabalho de campo e que foram confirmadas na Carta de Representação assinada por V.Sas.

I. OBJETIVOS DA AUDITORIA

1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis Exigidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil

Confirmar a exatidão e a legitimidade dos saldos apresentados no Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a fim de fundamentar nossa opinião, para emitir o RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES aos Administradores da Empresa.

2. Sistema Contábil e de Controle Interno

Revisar e avaliar o Sistema Contábil e de Controle Interno, a fim de concluir quanto aos aspectos de Eficiência e Segurança na proteção dos ativos e observar a adequação dos procedimentos operacionais adotados nas transações financeiras e patrimoniais.

3. Normas Legais

Verificar o cumprimento das Normas Legais vigentes, aplicáveis às Pessoas Jurídicas de forma geral, tanto principais como acessórias, a fim de eliminar riscos de autuações fiscais.

4. Recomendações de Ordem Geral

As recomendações que julgamos necessárias e adequadas para o aprimoramento dos Controles Internos são provenientes de nossos exames de Auditoria que incluíram revisão e avaliação do Sistema de Controle Interno adotado pela Empresa, que foram conduzidos com o objetivo de formarmos uma opinião sobre suas Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**II. CONCLUSÃO DA AUDITORIA**

Concluimos que o Sistema Contábil e de Controle Interno existente e utilizado na Gestão Administrativa, Financeira e Patrimonial demonstrou ser adequado quanto aos aspectos de eficiência e segurança, na proteção dos ativos. As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração, estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras, que estão em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade.

No entanto, alguns assuntos importantes de natureza contábil e de controle interno, comentados no decorrer desta CARTA de CONTROLE INTERNO, requerem aprimoramento, visando o fortalecimento desses sistemas contábeis e de controle interno.

Considerando o exposto, o resultado e nossas conclusões não constituem plena garantia da inexistência de eventuais erros ou imprecisões, além daqueles mencionados nesta CARTA DE CONTROLE INTERNO.

III. CONTÁBIL**1. Estoque****1.1 Kardex - Custo Médio - Geral**

Notoriamente o saldo de estoque é o resultado da multiplicação da quantidade de produtos em estoque pelo valor do custo médio do produto. Assim, acompanhamos a contagem física (Inventário) para nos certificarmos que a quantidade apontada no relatório de 31.12.2021 esteja correta. E, para conferir o valor do custo médio, solicitamos o relatório de movimentação individual de alguns produtos (Kardex), porém, o sistema informatizado utilizado pela Companhia e que apura o custo médio, dispõe de relatórios (kardex) que apresentam a movimentação da quantidade, mas que não apresentam valores, comprometendo nossa validação do custo médio através desse relatório.

Validamos os valores de custo médio com base em procedimentos alternativos, porém entendemos que esse relatório irá facilitar a visualização dos produtos selecionados de forma mais clara e rápida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

**Recomendação**

- ✚ Que seja viabilizada a emissão do relatório de movimentação individual dos produtos (Kardex) contendo valores, no intuito de demonstrar de forma mais clara o custo médio de cada produto.

2. Receita de Vendas – EDB

As receitas de vendas dos brinquedos são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal de venda, que não necessariamente coincide com a data efetiva da transferência do bem ao comprador. No final de 2021 foram emitidas diversas Notas Fiscais cujas mercadorias foram entregues apenas em 2022, conforme os montantes demonstrados no quadro abaixo:

Valor da Venda – R\$	Impostos Incidentes – R\$	Custo – R\$	Valor Líquido – R\$
4.407.194,23	(749.520,39)	(2.218.066,42)	1.439.607,42

Tal procedimento está em desacordo com o Item 31 do CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente, ora reproduzido:

“31. A entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfazer à obrigação de performance ou transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.”

Recomendação

- ✚ Que no encerramento do exercício, a Administração, em conjunto com as áreas envolvidas, analise anualmente a situação das mercadorias vendidas e não entregues, como forma de registrar as receitas de vendas conforme determina a Norma supracitada.

3. Lucros / Prejuízos Não Realizados

A Empresa adota como procedimento realizar vendas de mercadorias entre empresas do grupo. Ocorre que não é realizado o levantamento de lucros não realizados. Considerando que a Distribuidora encerrou o exercício de 2021 com um saldo de estoque de R\$ 5.816.394,24, e, que boa parte desses estoques foram adquiridos da Manufatura e da BLIC, conforme os Itens 55 e 56A do ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, reproduzidos abaixo, os lucros/prejuízos não realizados devem ser totalmente eliminados:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos



“55 - Nas operações com controladas, os lucros não realizados devem ser totalmente eliminados nas operações de venda da controladora para a controlada, os quais devem ser reconhecidos no resultado da controladora somente quando os ativos transacionados forem realizados (pelo uso, venda ou perda) na investida. São considerados não realizados os lucros contidos no ativo de qualquer entidade pertencente ao mesmo grupo econômico, não necessariamente na controlada para a qual a controladora tenha feito a operação original.”

“56A – Nas demonstrações individuais da controladora (quando de operações de venda de ativos da controlada para a controladora ou entre controladas, o cálculo da equivalência patrimonial deve ser feito deduzindo-se, do patrimônio líquido da controlada, cem por cento do lucro contido no ativo ainda em poder do grupo econômico. Com isso, a controladora deve registrar como resultado valor nulo, não tendo, por isso, afetação no seu resultado e no seu patrimônio líquido como decorrência do resultado reconhecido pela controlada”.

Fomos informados pelo Departamento de Controladoria, que está sendo adotado o procedimento de a Distribuidora comprar mercadorias apenas quando já tiver o pedido de venda, visando evitar dispêndios antecipados com impostos. Com esse procedimento, o saldo de estoque da Distribuidora ficará reduzido e os lucros não realizados serão irrelevantes.

Recomendação

- Adotar como procedimento realizar controles dos lucros/prejuízos não realizados, principalmente na Distribuidora, visando eliminar esses valores no cálculo da equivalência patrimonial e na consolidação, caso eles sejam relevantes.

4. Transferências de Despesas - Geral

Como já mencionado em Carta de Controle interno anterior, é procedimento da Administração efetuar transferências de despesas entre as Empresas do Grupo, utilizando como contrapartida a conta de Mútuos (até 31.12.2019) / Conta Corrente (a partir de 01.01.2020). No entanto, não existe um percentual fixo estabelecido para esse rateio, assim, ora o valor transferido aumenta, ora diminui.

Vale ressaltar que para fins de Demonstrações Financeiras Consolidadas não há nenhum efeito ou distorção.

Recomendação

- Que o procedimento de transferência de despesas seja realizado com base em rateio utilizando percentuais fixos, apurados em estudos técnicos e aprovados pela Diretoria.

Agradecemos à atenção dispensada durante a execução de nossos trabalhos e, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos



Atenciosamente,

MILTON M. RODRIGUES
Sócio-Diretor

RESPOSTAS

1-Ainda não viabilizamos o Desenvolvimento do Relatório junto a TI, porém colocaremos como Meta a finalização até o final de 2022.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

2-A partir de 01/01/2022, as Vendas da Fábrica X EDB está 100% condicionada a subsequente Venda EDB X CLIENTE, evitando que permaneça estoque na EDB, oriundos de Faturamento entre Empresas do Grupo realizados em 2022.

3-Com o novo procedimento adotado no controle citado no item 2, estará resolvido para esse ano o ponto levantado.

4-O processo para transferência com percentual fixo será utilizado para todo o exercício 2021. A revisão será feita anualmente com base no orçamento anual.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A empresa não tem contato direto com órgãos públicos ou acordos firmados com órgãos da administração pública, nacional ou estrangeira.

No entanto a empresa não permite a prática de corrupção e suborno, na forma ativa ou passiva, quer por meio de atos ou omissões, quer por via da criação e/ou manutenção de situações de favorecimento por meio de pagamentos de facilitação ou de outras irregularidades.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes sobre gerenciamento de riscos e controle interno.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1. a**

2021	2020	2019
------	------	------

LIQ. GERAL	AC+RLP	0,34	0,30	0,27
	PC+ELP			

Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Os índices mostram que para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa possui apenas R\$ 0,30 para a quitação em 2021.

LIQ. CORRENTE	AC	0,25	0,21	0,16
	PC			

Os índices revelam a curto prazo insuficiência de fundos para o pagamento das obrigações, sendo que para cada R\$ 1,00 de dívida, havia apenas R\$ 0,21 para liquidação em 2021.

LIQ. SECA	AC-ESTOQUE	0,21	0,18	0,12
	PC			

Excluindo o valor dos estoques, nesses índices podem ser avaliados uma menor capacidade de liquidação das obrigações. Seguindo o mesmo conceito, observa-se que faltam recursos para quitação das dívidas.

LIQ. IMEDIATA	DISPONIVEL	0,001	0,012	0,004
	PC			

Índice conservador, considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações demonstrando portanto, uma baixa capacidade da empresa nos três anos.

GRAU DE ENDIV.	CAP. TERCEIROS	-1,59	-1,50	-1,43
	PL			

Representa quanto a empresa tomou de recursos de terceiros para cada real de capital próprio. Não há porém, como analisar os índices por eles serem negativos, reflexo do saldo do Patrimônio Líquido Negativo.

S/ RECURSOS TOTAIS	PC + ELP	271%	302%	333%
	AT TOTAL			

Indica a porcentagem de capitais de terceiros sobre o investimento total da empresa, onde pode-se verificar que capitais de terceiros compõem grande parte do passivo.

COMPOS. ENDIVID.	PC	84%	82%	80%
	P EXIGIVEL TOTAL			

É um importante índice para medir o comprometimento da empresa no curto prazo, tendo a empresa 84% do endividamento no curto prazo em 2021.

PRAZO MÉDIO ESTOCAGEM	ESTOQUE X 360	173,68	97,67	107,05
	CPV			

O índice Prazo Médio de Estocagem corresponde ao tempo médio em dias, ao tempo de produção, estocagem e renovação desse estoque demonstrando então que a empresa necessita em média 173 dias para fazer o giro dos estoques.

PRAZO MÉDIO RECEBIMENTO	CONTAS RECEBER X 360	136,43	142,35	105,04
	VENDAS ANUAIS			

Este índice expressa o tempo médio, em dias que a empresa necessita para converter seus itens de contas a receber em dinheiro, sendo quase 136 dias um tempo relativamente alto.

PRAZO MÉDIO PAGAMENTO	CONTAS PAGAR X 360	43,65	67,61	140,68
	COMPRAS ANUAIS			

Esse índice mede quanto tempo, em média, a empresa leva para pagar seus fornecedores, e no último ano foi apurado um tempo de 43 dias.

O ano de 2021 marcou a consolidação das indústrias nacionais contra os produtos importados. A Companhia soube tirar proveito da menor entrada de produtos importados em função da desvalorização de nossa moeda frente ao dólar americano, aumento brutal do custo de frete internacional da China para o Brasil e contínua dificuldade logística encontrada pelas empresas produtoras na China.

Para garantir o bom abastecimento do mercado, a Companhia decidiu antecipar compra de insumos, garantindo assim um bom abastecimento e um ganho de participação de mercado, em especial na linha de jogos onde somos líderes de mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

b. estrutura de capital:

Consolidado	2021	2020	2019
Capital de terceiros	789.707.811,71	738.881.199,94	684.495.910,78
Capital próprio	- 498.546.521,69	- 494.233.755,08	- 478.535.689,07

Não é possível apresentar índices percentuais de proporção devido ao capital próprio estar negativo.

O objetivo da diretoria é administrar o capital da companhia de forma a garantir sua capacidade e continuidade. O pequeno crescimento econômico que o país apresenta nos últimos anos tem dificultado nosso objetivo de reduzir a dependência de empréstimos bancários para o capital de giro.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Considerando o perfil de nosso endividamento e nossa geração de caixa, os compromissos estão sendo liquidados regularmente dentro dos limites financeiros da Companhia.

Consolidado	2021	2020	2019
Ativo Circulante	167.360.710,71	127.283.726,27	86.163.201,05
Passivo Circulante	666.919.083,46	603.206.477,42	550.225.090,10

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa de maneira apropriada para o desempenho de nossas atividades.

Empréstimos e financiamentos	2021	2020	2019
Curto prazo	86.155.527,61	67.107.238,00	50.592.079,39
Longo prazo	0,03	0,03	0,03

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Para informações sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez, vide alínea (f) abaixo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O índice utilizado foi Participação de Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais, onde expressa qual a porcentagem do ativo total é financiada com recursos de terceiros.

$PCTRT = (\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo} / \text{ativo total}) \times 100$

$PCTRT = \frac{789.707.811,71}{291.161.290,03} \times 100 = 271\%$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nossa principal fonte de endividamento é a captação de recursos destinados ao financiamento de capital de giro.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

			SALDO EM		
EMPRESTIMOS RELEVANTES	TIPO DA DÍVIDA	GARANTIA	2021	2020	2019
i) Conta Garantida	Curto Prazo	100% Duplicatas		-	9.888.739,00
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Duplicatas + Domicílio Bancário	9.562.507,21	6.333.172,00	9.045.045,00
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	100% Duplicatas + Aval			
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Aval			
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Contrato Negociação	34.933.001,00	19.518.417,00	16.303.035,00
ii) Empréstimos Bancários	Longo Prazo	Contrato Negociação	16.171.786,04	20.580.242,00	-

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Consolidado	2021	2020	2019
1º Créditos trabalhistas	81.073.857,78	70.634.754,46	59.903.711,46
2º Créditos com garantia real	86.155.527,64	67.107.238,03	50.592.079,42
3º Créditos tributários	581.226.112,88	566.888.427,67	531.670.866,97
E demais créditos em especiais fornecedores	41.748.072,29	34.952.904,72	43.029.234,98

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Para os financiamentos adquiridos no período, não houve restrições impostas à Companhia com relação a limites de endividamento, contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de ativos, sendo o crédito proporcional ao risco contemplado de forma desejável.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Todos os instrumentos de financiamento já contratados pela Companhia foram inteiramente utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise vertical e horizontal:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**CONSOLIDADO - Valores expressos em milhares de reais**

ATIVO	2021	Vertical 2021 (%)	Horizontal (%)	2020	Vertical 2020 (%)	Horizontal (%)	2019	Vertical 2019 (%)	Horizontal (%)
CIRCULANTE									
Disponibilidades	879	0,30	(87,47)	7.011	2,87	199,76	2.339	1,14	850,81
Contas a receber	77.010	26,45	16,72	65.979	26,97	57,16	41.983	20,38	(49,75)
Estoques	30.603	10,51	77,83	17.209	7,03	(8,77)	18.863	9,16	(33,17)
Adiantamentos diversos	3.395	1,17	23,41	2.751	1,12	(45,01)	5.003	2,43	4,64
Outras contas a receber	55.474	19,05	61,58	34.333	14,03	91,00	17.975	8,73	3,78
Total do ativo circulante	167.361	57,48	31,49	127.284	52,03	47,72	86.163	41,83	(35,76)
NÃO CIRCULANTE									
LONGO PRAZO									
Partes relacionadas	8.805	3,02	1,48	8.677	3,55	1,66	8.535	4,14	56,18
Depósitos judiciais	83.789	28,78	0,85	83.084	33,96	1,42	81.924	39,78	77,20
Créditos tributários	4.288	1,47	2,75	4.173	1,71	2,81	4.059	1,97	16,44
Aplic.Fin.Garantia	6.430	2,21	#DIV/0!	-	-	#DIV/0!	-	-	#DIV/0!
Outras contas a receber	1.800	0,62	8,77	1.655	0,68	3,63	1.597	0,78	(86,92)
Total do longo prazo	105.112	36,10	7,71	97.589	39,89	1,53	96.115	46,67	42,63
Investimentos	0	0,00	-	-	-	-	-	-	-
Intangíveis	1.755	0,60	0,18	1.752	0,72	0,88	1.737	0,84	14,50
Imobilizado	16.933	5,82	(6,05)	18.023	7,37	(17,87)	21.945	10,65	(20,51)
Total do ativo não circulante	123.801	42,52	5,48	117.364	47,97	(2,03)	119.797	58,17	24,13
TOTAL DO ATIVO	291.161	100,00	19,01	244.647	100,00	18,78	205.960	100,00	(10,70)

PASSIVO	2021	Vertical 2020 (%)	Horizontal (%)	2020	Vertical 2019 (%)	Horizontal (%)	2019	Vertical 2018 (%)	Horizontal (%)
CIRCULANTE									
Empréstimos e financiamentos	86.156	29,59	28,38	67.107	27,43	32,64	50.592	24,56	(15,24)
Fornecedores	12.987	4,46	3,93	12.496	5,11	(40,56)	21.024	10,21	(6,51)
Salários e encargos a pagar	77.430	26,59	18,76	65.197	26,65	19,85	54.400	26,41	101,01
Impostos, contribuições a recolher	438.288	150,53	7,13	409.132	167,23	7,06	382.149	185,55	46,42
Impostos parcelados	40.392	13,87	5,95	38.123	15,58	18,64	32.133	15,60	300,01
Prov. para férias e encargos sociais	3.644	1,25	(33,00)	5.438	2,22	(1,20)	5.504	2,67	158,77
Prov. p/ perda com investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	8.022	2,76	40,41	5.713	2,34	29,17	4.423	2,15	(32,92)
Total do passivo circulante	666.919	229,06	10,56	603.206	246,56	9,63	550.225	267,15	42,18
NÃO CIRCULANTE									
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO									
Empréstimos e financiamentos	-	-	#DIV/0!	-	-	#DIV/0!	-	-	(100,00)
Impostos parcelados	117.057	40,20	(8,90)	128.488	52,52	1,90	126.097	61,22	16,90
Provisão para contingências	1.548	0,53	(63,09)	4.193	1,71	0,80	4.160	2,02	137,7143
Outras provisões	1.407	0,48	#DIV/0!	-	-	#DIV/0!	-	-	#DIV/0!
Outras contas a pagar	3.273	1,12	(11,43)	3.695	1,51	(21,61)	4.714	2,29	(35)
Total do passivo não circulante	123.284	42,34	(9,60)	136.377	55,74	1,04	134.971	65,53	4,5428
Participação minoritária	0			0					
Participação minoritária	(496)	(0,17)	(29,36)	(702)	(0,29)	0,30	(700)	(0,34)	67,06
PASSIVO A DESCOBERTO REPRESENTADO POR:									
Capital	30.602	10,51	-	30.602	12,51	0,00	30.602	14,86	-
Reavaliação de ativos próprios	6.355	2,18	(12,50)	7.262	2,97	(11,11)	8.170	3,97	-
Reservas de Incentivos Fiscais	21.687								
Prejuízos acumulados	(557.190)	(191,37)	4,72	(532.098)	(217,50)	2,86	(517.308)	(251,17)	58,33
Patrimônio Líquido	(498.546)	(171,23)	0,87	(494.234)	(202,02)	3,28	(478.536)	(232,34)	67,88
TOTAL DO PASSIVO	291.161	100,00	19,01	244.647	100,00	18,78	205.960	100,00	(10,70)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2021	Vertical 2020 (%)	Horizontal (%)	2020	Vertical 2019 (%)	Horizontal (%)	2019	Vertical 2018 (%)	Horizontal (%)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	203.201	100,00	21,78	166.865	100,00	15,97	143.886	100,00	(42,81)
Devoluções e cancelamentos	(5.005)	(2,46)	17,77	(4.249)	(2,55)	8,32	(3.923)	(2,73)	(18,85)
Impostos sobre vendas	(19.132)	(9,42)	(20,47)	(24.055)	(14,42)	(13,50)	(27.808)	(19,33)	(22,68)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	179.064	88,12	29,23	138.560	83,04	23,54	112.155	77,95	(46,80)
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(93.713)	(46,12)	37,42	(68.193)	(40,87)	22,12	(55.841)	(38,81)	(47,58)
LUCRO BRUTO	85.351	42,00	21,29	70.367	42,17	24,95	56.314	39,14	(46,00)
DESPESAS OPERACIONAIS									
Despesas com vendas	(25.290)	(12,45)	(12,31)	(28.840)	(17,28)	31,47	(21.937)	(15,25)	(43,16)
Despesas administrativas	(37.592)	(18,50)	18,34	(31.767)	(19,04)	(20,54)	(39.979)	(27,79)	17,22
Honorários dos administradores	(903)	(0,44)	37,48	(657)	(0,39)	(42,05)	(1.134)	(0,79)	9,46
Outras rec./despesas oper. líquidas	17.454	8,59	8,74	16.052	9,62	12.153,20	131	0,09	(100,81)
RESULTADO ANTES DO RES. FINANCEIRO	39.020	19,20	55,12	25.154	15,07	(481)	(6.605)	(4,59)	(146,07)
Receitas financeiras	1.389	0,68	(38,68)	2.265	1,36	(1,07)	2.289	1,59	(51,14)
Despesas financeiras	(39.992)	(19,68)	(7,25)	(43.117)	(25,84)	17,94	(36.558)	(25,41)	(4,30)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	416	0,20	(102,65)	(15.698)	(9,41)	(61,59)	(40.874)	(28,41)	113,11
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ANTES DA CSLL E IR	416	0,20	(102,65)	(15.698)	(9,41)	(61,59)	(40.874)	(28,41)	113,11
Provisão para Contribuição Social	(1.258)	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão p/Crédito Imposto Renda	(3.471)	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(4.313)	(2,12)	(72,53)	(15.698)	(9,41)	(61,59)	(40.874)	(28,41)	60,97

No quadro de demonstrações financeiras podemos ver como a Companhia conseguiu um crescimento importante nestes dois anos de pandemia que exigiram mudanças estratégicas e operacionais. Temos convicção de que este ganho será a base para um crescimento contínuo nos próximos anos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. a**

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

RESULTADO OPERACIONAL FINANCEIRO	2021	2020	2019
Volume expedido em peças ano	4.894.335	4.349.805	5.650.140
Receita líquida (em R\$)	150.025.817	118.751.068	105.098.027
Receita líquida (em R\$ / peça)	30,65	27,30	18,60
Custo (em R\$)	-70.525.852	-44.927.032	-44.666.539
Custo unitário (em R\$ / peça)	- 14,41	- 10,33	- 7,91
Margem bruta (em R\$ / peça)	16,24	16,97	10,70
Margem bruta (%)	52,99%	62,17%	57,50%
VARIAÇÕES	2021 x 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
Receita líquida (em R\$ / peça)	12%	47%	-8%
Custo unitário (em R\$ / peça)	39%	31%	-24%
Margem bruta (%)	-15%	8%	9%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Nova política comercial adotada pela Cia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Estabelecimentos de nova meta de vendas, afetando diretamente os volumes e focando em produtos mais rentáveis e mais competitivos.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado:

Os insumos tiveram uma alta expressiva em decorrência da inflação e da pandemia, o que elevou o custo do produto e derrubou a margem bruta.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária
- c. eventos ou operações não usuais

A Diretoria esclarece que não houve durante o exercício nenhum dos eventos mencionados nesse item que pudessem produzir efeitos relevantes no exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Em 2021, 2020 e 2019 não houve alteração nas práticas contábeis da empresa.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2021, 2020 e 2019 não houve alteração nas práticas e, portanto, não há efeitos.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**2021****INCERTEZA SIGNIFICATIVA RELACIONADA A CONTINUIDADE OPERACIONAL**

A Companhia vem incorrendo em prejuízo ano após ano, em 2021 o prejuízo foi de R\$ 4.313 mil (R\$ 15.698 mil em 2020). Ainda que a Companhia venha apresentando resultados operacionais positivos, permanece em 31 de dezembro de 2021, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 498.597 mil (R\$ 494.233 mil em 2020), razão pela qual mantemos essa incerteza. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Administração da Companhia, em conjunto com seus acionistas controladores, continua com seu plano de melhorar a eficiência e competitividade, mediante uma gestão que privilegia a melhor opção entre importar e produzir internamente, assim como de uma administração mais rigorosa do capital de giro, sempre com o objetivo de recuperação para a geração de lucros consistentes e, assim, suprir a insuficiência de capital de giro próprio e diminuir progressivamente seu passivo a descoberto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas na premissa da continuidade normal dos negócios da Companhia, portanto, não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Controladora e suas Controladas continuarem suas operações. Esse assunto não modifica nossa opinião.

TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA

Conforme informado na nota explicativa nº 8, a Companhia possui Títulos de Dívida Agrária - TDA, bloqueados judicialmente em virtude de processo tributário relativo à dívida de IPI geradas entre os exercícios de 1992 e 1994. Tendo em vista a existência de outros débitos tributários federais e solicitação de inclusão no programa de parcelamento denominado REFIS 2014, a Companhia requereu em juízo que os referidos títulos fossem utilizados para liquidação das dívidas. No entanto, dependem do deferimento do pedido de parcelamento e homologação dos prejuízos fiscais apresentados à Receita Federal do Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Esse é o ativo mais relevante da Companhia e está envolvido em incerteza sobre o processo de parcelamento de obrigações tributárias. Nossos exames consistiram principalmente na conferência dos cálculos de atualização desses títulos,

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

na utilização correta do valor de face de mercado por título adquirido e comprovação da existência e titularidade desses créditos, mediante carta de confirmação externa emitida pela Caixa Econômica Federal, que é a Instituição Financeira responsável pela custódia desses títulos. Também analisamos a opinião dos assessores jurídicos quanto a efetiva possibilidade de utilização desses títulos para os fins esperados.

Desse modo consideramos adequados os critérios de contabilização e divulgação desse ativo.

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Nota Explicativa nº 16 informa que a Companhia é parte em diversas demandas judiciais para as quais a avaliação de risco é realizada com o auxílio de assessoria jurídica interna com base na legislação vigente e jurisprudências relacionadas aos respectivos riscos. As provisões desses processos estão baseadas na melhor estimativa que a Administração possui na data base das Demonstrações Financeiras. Como essas estimativas são calcadas em tratamento probabilístico nesta data base, a liquidação das ações pode resultar em valores divergentes dos mensurados no processo de julgamento dessas estimativas.

ÊNFASE**1. REFIS 2014**

Chamamos atenção para o fato de que a Companhia aguarda homologação da Receita Federal do Brasil para a efetiva mensuração e reconhecimento contábil dos efeitos decorrentes do possível deferimento de inclusão nos programas especiais de parcelamento, previsto na Lei nº 12.996/2014, denominado REFIS 2014 (Nota Explicativa Nº 14). Dessa forma, as demonstrações contábeis não incluem ajuste que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal. Não modificamos nossa opinião em virtude desse assunto.

2. PERT – Débitos Previdenciários

A Nota Explicativa nº 14 informa que a Companhia reconheceu nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2018, os efeitos relativos ao reconhecimento do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT sobre os débitos de tributos federais, nos montantes de R\$ 14.118 mil no Resultado do Exercício e de R\$ 27.264 mil na rubrica de prejuízos acumulados, mas que não reconheceu os eventuais efeitos no passivo, resultado e patrimônio líquido do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT sobre os débitos previdenciários, de maneira conservadora, pois tais débitos não foram definitivamente identificados como “liquidados” pela RFB, e seus valores, ainda que estimados pela Companhia, conforme descrito na Nota, não são definitivos. Entre 2019 e 2021 esse quadro se manteve inalterado, mas a Companhia espera que esses reflexos aconteçam no exercício de 2022. Esse assunto não modifica nossa opinião.

2020**INCERTEZA SIGNIFICATIVA RELACIONADA A CONTINUIDADE OPERACIONAL**

A companhia vem conseguindo levantar linhas de financiamento de capital de giro para garantir as operações, sendo que estas linhas têm sido suficientes para que a companhia mantenha sua posição de mercado e gradativamente venha a criar condições de conseguir linhas de crédito de mais longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**REFIS 2014**

O pagamento e liquidação do débito confessado pela Companhia no REFIS 2014, continua dependendo de homologação dos créditos de prejuízos fiscais e das bases negativas de CSLL para pagar juros e multas, sendo que para pagar o valor do principal existe um depósito em dinheiro na CEF, suficiente para essa liquidação. Porém ainda existe recurso judicial pendente de apreciação relativamente aos critérios de pagamento e até o momento não há decisão definitiva transitada em julgado. Esse contexto justifica o não reconhecimento, por ora, dos efeitos contábeis da adesão ao REFIS 2014, tendo a Diretoria adotado correta postura conservadora, na proteção dos interesses dos acionistas e da Companhia.

PERT – Débitos Previdenciários

A Diretoria não reconheceu quaisquer efeitos no Passivo, Resultado e Patrimônio Líquido relativamente a adesão do PERT –Débitos Previdenciários, tendo em vista que esses débitos estão sendo objeto ainda de apreciação e homologação pelas competentes autoridades fiscais federais, sem decisão definitiva até o momento. Assim seria precipitada qualquer antecipação dos efeitos pois dependendo da decisão futura da União poderia haver mudança desses efeitos. Também nesse caso a Diretoria adotou postura conservadora no interesse dos acionistas e da Companhia como um todo.

2019**1) REFIS 2014**

A Diretoria esclarece que sobre as ênfases constantes no Relatório do Auditor, relativamente ao REFIS 2014 e PERT- Débitos Previdenciários, devem ser comentados os seguintes aspectos:

REFIS 2014 - O pagamento e liquidação do débito confessado pela Companhia no REFIS 2014, continua dependendo de homologação dos créditos de prejuízos fiscais e das bases negativas de CSLL para pagar juros e multas, sendo que para pagar o valor do principal existe um depósito em dinheiro na CEF, suficiente para essa liquidação. Porém ainda existe recurso judicial pendente de apreciação relativamente aos critérios de pagamento e até o momento não há decisão definitiva transitada em julgado. Passou a existir também em 2019 uma discussão judicial iniciada pela CEF contestando o depósito das diferenças de juros a serem calculadas com base na SELIC ao invés da TR relativamente aos depósitos em dinheiro que serão utilizados para pagamento desse parcelamento. Não há ainda decisão judicial definitiva sobre esse assunto. Esse contexto justifica o não reconhecimento, por ora, dos efeitos contábeis da adesão ao REFIS 2014, tendo a Diretoria adotado correta postura conservadora, na proteção dos interesses dos acionistas e da Companhia.

2) PERT- Débitos Previdenciários

A Diretoria não reconheceu quaisquer efeitos no Passivo, Resultado e Patrimônio Líquido relativamente a adesão do PERT –Débitos Previdenciários, tendo em vista que esses débitos estão sendo objeto ainda de apreciação e

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

homologação pelas competentes autoridades fiscais federais, sem decisão definitiva até o momento. Assim seria precipitada qualquer antecipação dos efeitos pois dependendo da decisão futura da União poderia haver mudança desses efeitos. Também nesse caso a Diretoria adotou postura conservadora no interesse dos acionistas e da Companhia como um todo.

Incerteza significativa relacionada a continuidade operacional

A companhia vem conseguindo levantar linhas de financiamento de capital de giro para garantir as operações, sendo que estas linhas têm sido suficientes para que a companhia mantenha sua posição de mercado e gradativamente venha a criar condições de conseguir linhas de crédito de mais longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A Estrela prepara suas demonstrações financeiras com base em estimativas e assunções decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que a Estrela adota são aquelas que acredita serem relevantes para determinar sua condição financeira e resultados operacionais. A aplicação de suas práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que sua administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os seus ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Estrela, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das suas estimativas. A Estrela revisa suas estimativas e assunções correlatas pelo menos trimestralmente. A discussão abaixo expressa o que a administração da Estrela entende serem suas práticas contábeis críticas.

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Estrela e suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Contábeis da Estrela e de suas controladas a Administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela administração da Estrela e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

a) Ativo não circulante (investimento em controlada, imobilizado e intangível)

Demonstrado ao custo de aquisição e construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 nos casos aplicáveis e combinado com os seguintes aspectos:

- Investimento em controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial, acrescido do ágio e deságio a amortizar. Os demais investimentos são demonstrados ao custo, deduzido da provisão para perdas.
- Gastos pré-operacionais capitalizados ao imobilizado durante o período de construção e a fase de testes pré-operacionais dos bens, quando aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

· Depreciação de bens do imobilizado calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na nota explicativa nº 10. Em atendimento ao parágrafo 54 do Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial, a Companhia e sua controlada efetuarão a primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009.

A administração mantém-se conservadora e prefere utilizar o método linear de depreciação, mesmo havendo outras opções para o cálculo podendo resultar diferentes valores. O deságio em coligada possui o mesmo critério, seguindo tabelas sugeridas em lei.

b) Provisão para contingências

Constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores legais e pela Administração da Companhia e de sua controlada, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem.

É considerada crítica por abordarem causas a serem julgadas, não sendo conhecidas as conclusões das sentenças, podendo os valores serem acordados.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Os diretores esclarecem que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras relativamente a ativos e passivos detidos, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Como já indicado, não existem quaisquer outros itens relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. fontes de financiamento dos investimentos

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há plano de negócios.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não se aplica.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há planos para novos produtos a serem indicados.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores com influência relevante.